



São Paulo, 08 de setembro de 2010

À
BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
Diretoria de Relações com Empresas
Rua XV de Novembro, 275 – 6º andar
CEP 01013-001 – São Paulo – SP

At. Sr. Edemir Pinto
Diretor Presidente
Sra. Cristiana Pereira
Diretora de Relações com Empresas

Em conformidade com a Audiência Restrita 2010 para alteração do Regulamento de Listagem das Regras do Novo Mercado, anexamos o seguinte documento:

- Audiência Restrita 2010 – Cédula de votação para as Companhias listadas no Novo Mercado com a decisão de voto da Companhia.

Devido as revisões promovidas pela BM&FBovespa na proposta de alterações de Regras do Novo Mercado, em relação as ponderações pronunciadas pelas Companhias signatárias da listagem diferenciada do Novo Mercado, proferimos o voto favorável ao Regulamento, exceto nos seguintes aspectos relativos aos itens 4.3., 4.8. e 9.1., os quais foram amplamente abordados pelas Companhias em reuniões realizadas junto a BM&FBovespa durante o período de discussão destas revisões.

Desta forma, listamos a seguir os nossos principais comentários, sendo que, para estes aspectos, manifestamos nossa posição contrária na cédula de votação que segue em anexo, para que estas medidas não sejam implementadas, o que poderia acarretar em situações indesejáveis para a Companhia e seus acionistas.

Regulamento do Novo Mercado:

Composição do Conselho de Administração – Item 4.3.

(elevar para 30% o percentual mínimo de independentes no Conselho de Administração)

Na prática, já existe um aumento voluntário do percentual de conselheiros independentes nas empresas do Novo Mercado (atualmente o regulamento exige no mínimo 20%), de acordo com suas estruturas, não sendo necessária a alteração da regra. Sobretudo porque há companhias cujas políticas com relação ao conselho de administração são atingidas por esta mudança.

No caso da BRF, já nos enquadrámos em posição superior a esta atualmente. Entretanto, não podemos deixar de concordar com a maioria das Companhias em relação à dificuldade de obtenção no mercado de capitais, de profissionais independentes que possam desempenhar estas funções.

Além disso, somam-se os exemplos de empresas bem administradas com estruturas de Conselheiros com grau de dependência. Desta forma, defendemos que para uma boa governança corporativa é necessário dispor de profissionais com elevada competência e conhecimento para o exercício do cargo.

Comitê de Auditoria – Item 4.8.

Decidimos pela votação contrária deste item pela superposição de muitas funções entre o comitê de auditoria e o conselho fiscal, cuja instalação é mandatória por vontade dos investidores, de acordo a lei societária brasileira. Se o Regulamento do Novo Mercado tornar obrigatório o comitê de auditoria, a grande maioria das empresas listadas com conselho fiscal em funcionamento terá que manter os dois órgãos, verificando-se, assim, desperdício de recursos e prejudicando a eficiência e eficácia das companhias brasileiras.

Deve-se destacar que a SEC aceita o conselho fiscal em lugar do comitê de auditoria previsto na SOX, atendendo a ponderações feitas pela CVM que é mencionada, com relação a esse tema, quatro vezes nas normas infralegais que regularam a SOX. Entendemos que o formato de “Conselho Fiscal turbinado” já utilizado pelas Companhias listadas na SEC, como é o caso da BRF, se torna mais efetivo em função da capacitação exigida para os membros deste comitê de auditoria/conselho fiscal de acordo com a regulamentação Sarbanes Oxley.

Finalmente, cabe destacar que os conselhos fiscais costumam contar atualmente com a participação ativa de acionistas preparados, com poderes individuais bastante ampliados na última reforma da Lei das SA, sendo um órgão efetivo na fiscalização das atividades sociais das companhias abertas e na verificação de suas demonstrações contábeis. Além disso, dois órgãos em separado, com as mesmas atribuições poderão gerar inseguranças no processo de governança, devido a mais um órgão que teria que acompanhar os controles internos e reportar para a administração, duplicando o trabalho atualmente realizado pelo Conselho Fiscal turbinado, nominado inclusive nos Estatutos das Companhias como: Comitê de auditoria/Conselho Fiscal e cujas as atribuições são devidas por especialistas financeiros, tributários, societários e com conhecimentos técnicos aprofundados na legislação contábil brasileira e internacional (BRGAAP, IFRS e USGAAP).

9.1. Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) por atingimento de Participação Acionária Relevante

Entendemos que esta seção deveria ser eliminada do Regulamento, pois a decisão de se ter uma cláusula de proteção no caso de atingimento de participação significativa em seus estatutos é das Companhias e de seus acionistas. São eles que decidem, conforme cada caso e a especificidade de cada Empresa, a necessidade ou não de se ter este tipo de dispositivo e não no Regulamento de Novo Mercado.

Ademais, ponderamos que o critério de avaliação do preço não constitui segurança para os investidores, posto que, o maior preço pago pelo acionista nos 12 meses que antecederam o atingimento da participação relevante pode não refletir o preço justo de uma Empresa, já que não leva em conta o real valor da Companhia atribuído por um *valuation*.

Por outro lado, se a intenção foi a de criar um mecanismo de *tag along* e não de *poison pill*, lembramos que esta já uma obrigatoriedade do Novo Mercado.

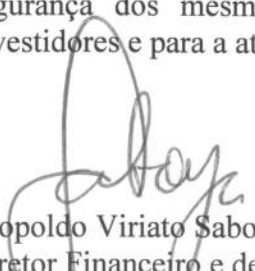
Inobstante o fato de que as Companhias já listadas no Novo Mercado e, que tiverem em seus estatutos disposições sobre OPA por atingimento de determinada participação – *poison pill*, como o caso da BRF, não estarem sujeitas a seção e, portanto, manterão a situação atual de suas *poison pills* e, quando decidirem alterar as mesmas poderão fazê-lo de acordo com a decisão de seus acionistas, concluimos pela votação contrária a seção pelo fato de que somente a Companhia e seus acionistas têm condições de definir o que é melhor para eles.

Além disso, mecanismos de proteção bem definidos elevam a confiança e credibilidade da Companhia e de sua governança corporativa. Lembramos ainda, que o mercado de capitais brasileiro se encontra em amadurecimento e, portanto, é fundamental que tenhamos regras que elevem a certeza dos acionistas. Entendemos que a regra proposta pela BM&FBovespa não necessariamente resulta nesta segurança, uma vez que o valor atribuído não é baseado em um critério de *valuation* e, sim, no maior preço de mercado, que sofre influência direta de vários e importantes fatores de mercado, inclusive de ordem especulativa.

Considerações Finais

Em suma, gostaríamos de cumprimentar a BM&FBovespa pelas melhorias introduzidas no novo regulamento. A BRF – Brasil Foods S.A. é atualmente uma das Companhias brasileiras com maior reconhecimento internacional em relação a sua Governança Corporativa.

A administração da BRF discute com seus acionistas os mecanismos de proteção para a segurança dos mesmos e para a garantia real do retorno esperado por nossos investidores e para a atribuição do valor justo de mercado à Companhia.



Leopoldo Viriato Saboya
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores
BRF – Brasil Foods S.A.

BM&FBOVESPA

A Nova Bolsa



AUDIÊNCIA RESTRITA 2010

Cédula de votação para as companhias
listadas no Novo Mercado

Razão Social: BRF - BRASIL FOODS S.A.

Diretor de Relações com Investidores: LEOPOLDO VIRIATO SABOYA

Orientações:

- Os tópicos deverão ser votados por itens, sendo que alguns estão agrupados em blocos para evitar eventuais inconsistências no Regulamento de Listagem.
- O voto em duas alternativas (a favor e contra) do mesmo bloco implica na anulação do mesmo.
- O prazo final para manifestação é **08 de setembro de 2010** (quarta-feira) as 18h30.
- E-mail para envio de manifestações: audiencia restritaNM@bvmf.com.br
- Website da Audiência Restrita: www.bmfbovespa.com.br/empresas
- Para informações adicionais: (11) 2565-7360 ou 7341.



Diretoria de Relações com Empresas

J

Regulamento de Listagem do Novo Mercado
Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
1.1 – Objeto	Item 1.1 (objeto): regulamento de listagem aplicável a todos os acionistas Item 12.6: inserção de “demais acionistas” decorrente da aplicação do regulamento de listagem a todos os acionistas Item 16.1 (não responsabilização para BM&FBOVESPA): inclusão de todos os acionistas e Comitê de Auditoria	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições (EXCLUSÃO DO ITEM “iv” DA DEFINIÇÃO DE “GRUPO DE ACIONISTAS”)	Alteração na definição de “Acionista Controlador” Exclusão da definição de “Controle Difuso” Inclusão da definição de “Grupo de Acionistas” significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de voto de qualquer natureza, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum. Alteração na definição “Poder de Controle” Item 4.6.1: alteração do termo “Controle Difuso” Item 12.9: alteração do termo “Controle Difuso” Item 13.7: alteração do termo “Controle Difuso”	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições (EXCLUSÃO DA DEFINIÇÃO DE “PESSOA VINCULADA” E ITENS CORRELATOS)		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Alteração na definição de “Calendário Anual”	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Alteração na definição de “Cláusula Compromissória”, incluindo Comitê de Auditoria	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Substituição de “Comprador” por “Adquirente” Itens 8.3, 8.5, 12.7, 12.7.1 e 12.7.2	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Alteração na definição de “Contrato de Participação no Novo Mercado”	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.1 – Definições	Inclusão da definição de “Regulamento de Sanções” Referência ao Regulamento de Sanções no “Termo de Anuência dos Administradores” Referência ao Regulamento de Sanções no “Termo de Anuência dos Controladores” Item 12.6: inserção do Regulamento de Sanções na Seção que trata da Saída do Novo Mercado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.1 – Autorização para Negociação de Valores Mobiliários	Itens (i) a (ix): condições mínimas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Formatado: Fonte: Negrito, Cor da fonte: Vermelho

Excluído: ; ou (iv) que atuem em conjunto visando ao mesmo interesse

Excluído: Alteração na definição de “Ações em Circulação”
Inclusão da definição de “Pessoas Vinculadas”
Alteração do nome da Seção X para “Negociação de Valores Mobiliários e seus Derivativos por Acionistas Controladores e Pessoas Vinculadas”

Formatado: Realce

Formatado: Fonte: Negrito, Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Fonte: Negrito, Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Fonte: Negrito, Cor da fonte: Vermelho, Realce

Regulamento de Listagem do Novo Mercado
Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
3.1.1 – Vedação à limitação de voto (INCLUSÃO DE NOVO ITEM PERMITINDO QUE AS COMPANHIAS MANTENHAM A LIMITAÇÃO DE VOTO QUANDO ASSOCIADA A POISON PILL)	Item 3.1.1: vedação à limitação de voto em percentuais inferiores a 5% Item 15.5 (i): prazo de 3 (três) anos para adaptação de percentuais inferiores a 5% <u>Inclusão do Item 15.5 (iv): “poderão manter suas disposições estatutárias, em vigor na referida data, que limitem o número de votos de acionista ou Grupo de Acionistas em percentuais inferiores a 5% (cinco por cento) do capital social exclusivamente na hipótese de deliberação de alteração de cláusula estatutária sobre oferta pública de aquisição de ações para o acionista que atingir determinada participação no capital social, sendo que tal limitação de voto somente poderá ser alterada quando visar à sua adaptação em cumprimento ao disposto no item 3.1.1. deste Regulamento de Listagem.</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.1.2.(i) – Vedação ao estabelecimento de quorum qualificado	Item 3.1.2.(i): vedação ao estabelecimento de quorum qualificado Item 15.5 (ii): possibilidade de manutenção de quoruns qualificados já previstos nos estatutos sociais das companhias listadas no Novo Mercado; e possibilidade de alteração estatutária quando visar à exclusão dos quoruns qualificados	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.1.2.(ii) – Vedação à cláusula que impeça o exercício de voto favorável ou imponha ônus aos acionistas	Item 3.1.2.(ii): vedação à cláusula que impeça o exercício de voto favorável ou imponha ônus aos acionistas Item 15.5 (ii): possibilidade de manutenção de cláusulas que impeçam o exercício de voto favorável ou imponham ônus aos acionistas; e possibilidade de alteração estatutária quando visar à exclusão das referidas cláusulas	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.1.2.(iii) – Vedação ao estabelecimento da obrigação de realizar oferta pública de ações no caso atingimento de determinada participação acionária (ALTERAÇÃO NO ITEM 15.5 (iii), PERMITINDO QUE AS COMPANHIAS LISTADAS ALTEREM SUAS POISON PILLS)	Item 3.1.2.(iii): vedação ao estabelecimento da obrigação de realizar oferta pública de ações no caso atingimento de determinada participação acionária <u>Item 15.5 (iii): “e cujos estatutos sociais, em vigor na referida data, estabeleçam obrigação de realizar oferta pública de aquisição de ações para o acionista que atingir determinada participação no capital social, poderão manter disposições estatutárias diversas das regras previstas na Seção IX deste Regulamento de Listagem.”</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.3 – Pedido de autorização para negociação no NM	Itens (i) a (xiv): aprimoramento e uniformização de redação, adequação da redação à atual denominação da BM&FBOVESPA, “renumeração” de anexos, compatibilização com instrução da CVM e formalização de práticas usuais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.5.1 – Exceções à vedação à negociação (lock up)	Inclusão dos itens (iv) e (v) para explicitar situações adicionais que já foram consideradas exceções pela Bolsa (formalização de práticas usuais)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.3 – Composição do Conselho de Administração	Item 4.3: aumento do percentual de Conselheiros Independentes de 20% para 30% Item 15.5 (i): prazo de 3 (três) anos para adaptação aos 30% de independentes para as companhias já listadas no Novo Mercado	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Formatado: Fonte: 11 pt, Realce

Formatado: Não Realce

Excluído: poderão manter suas disposições estatutárias,

Formatado: Realce

Excluído: sobre

Excluído: as quais somente

Excluído: ser alteradas quando visarem à adequação à totalidade

Regulamento de Listagem do Novo Mercado
Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
4.4 – Vedação à acumulação de cargos (INCLUSÃO DOS ITEM 4.4.2 e 4.4.3)	Item 4.4: vedação à acumulação de cargos de presidente do conselho de administração e diretor presidente ou principal executivo Item 4.4.1: prazo de 3 (três) anos para adaptação das novas companhias que vierem a ingressar no Novo Mercado <u>Item 4.4.2: possibilidade de o Diretor Presidente da BM&FBOVESPA conceder período adicional para adaptação à vedação à acumulação</u> <u>Item 4.4.3: no caso de concessão de prazo para adaptação, divulgação dessa informação na página da BM&FBOVESPA na rede mundial de computadores</u> Item 15.5 (i): prazo de 3 (três) anos para adaptação ao item 4.4 para as companhias já listadas no Novo Mercado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.5 – Divulgação de cargos	Item 4.5: membros do conselho de administração deverão informar os cargos que ocupam em outras sociedades ou entidades Item 4.5.1: prazo para envio das informações do item 4.5	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.7 e 5.3 – Prazo para envio de Termos de Anuência (ALTERAÇÃO DO PRAZO PARA PROTOCOLO NA BM&FBOVESPA DE CINCO PARA QUINZE DIAS)	Item 4.7: prazo para protocolo do Termo de Anuência dos Administradores na BM&FBOVESPA, <u>condicionando a posse nos cargos à assinatura desse documento, cuja cópia deverá ser protocolada na BM&FBOVESPA em até 15 (quinze) dias da data de posse dos eleitos.</u> Item 5.3: prazo para protocolo do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal na BM&FBOVESPA, <u>condicionando a posse nos cargos à assinatura desse documento, cuja cópia deverá ser protocolada na BM&FBOVESPA em até 15 (quinze) dias da data de posse dos eleitos.</u>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.8 – Comitê de Auditoria	Inclusão da definição de “Termo de Anuência dos Membros do Comitê de Auditoria” Item 4.8: obrigatoriedade de comitê de auditoria Item 4.8.1: competências do comitê de auditoria Item 4.8.2: deveres e responsabilidades do comitê de auditoria Item 4.8.3: termo de anuência dos membros do comitê de auditoria Item 15.5 (i): prazo de 3 (três) anos para constituição do comitê de auditoria para as companhias já listadas no Novo Mercado	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
4.9 – Manifestação do Conselho de Administração (INCLUSÃO DE ESCLARECIMENTO, DE FORMA A TORNAR CLARO QUE A DECISÃO FINAL SERÁ DOS AÇIONISTAS)	Item 4.9: manifestação do conselho de administração sobre qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, <u>com inclusão da redação “(...) alertando que é responsabilidade de cada acionista a decisão final acerca da aceitação, ou não, da referida oferta.”</u> Item 4.9.1: prazo para manifestação do conselho de administração sobre ofertas públicas de aquisição de ações	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.3 – Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais	Item 6.3: nota explicativa sobre transações com partes relacionadas, contendo as divulgações previstas nas regras contábeis aplicáveis às demonstrações financeiras anuais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.6 – Alteração no prazo para divulgação do Calendário Anual	Item 6.6: alteração no prazo para divulgação do Calendário Anual e retirada do mesmo como Anexo ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado Item 6.6.1: alterações subsequentes em relação aos eventos constantes do Calendário Anual Item 6.6.2: prazo para apresentação do Calendário Anual aplicável às companhias que se listam no Novo Mercado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Formatado: Realce

Formatado: Fonte: 11 pt

Formatado: Fonte: 11 pt

Formatado: Fonte: 11 pt

Excluído: a

Formatado: Realce

Formatado: Realce

Formatado: Realce

Formatado: Fonte: 9 pt

Formatado: Fonte: 9 pt

Formatado: Fonte: 11 pt

Formatado: Fonte: 11 pt

Formatado: Fonte: 9 pt

Formatado: Fonte: 9 pt

Formatado: Realce

Formatado: Realce

Formatado: Fonte: 11 pt, Realce

Formatado: Fonte: 10,5 pt, Negrito, Cor da fonte: Vermelho

Formatado: Fonte: 9 pt

Formatado: Fonte: 9 pt

Regulamento de Listagem do Novo Mercado
Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto	
		a favor	contra
6.8 – Política de Negociação de Valores Mobiliários	Item 6.8: elaboração, divulgação e envio à BM&FBOVESPA de política de negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.9 – Código de Conduta	Item 6.9: elaboração, divulgação e envio à BM&FBOVESPA de código de conduta	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.2 – Prospectos e Formulário de Referência	Item 7.2.2: regras aplicáveis aos prospectos também serão aplicáveis aos formulários de referência quando da realização de ofertas públicas de distribuição	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.2 – Aquisição de Controle por meio de Diversas Operações (EXCLUSÃO DO ITEM 8.2.1)	Item 8.2: aquisição de controle por meio de diversas operações Item 8.2 (ii): alteração do procedimento de identificação dos acionistas vendedores, nos últimos 6 (seis) meses, para efeitos de recebimento da diferença eventualmente devida	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.3 – Termo de Anuência de Controladores	Item 8.3: prazo para protocolo na BM&FBOVESPA do Termo de Anuência dos Controladores Item 8.3.1: prazo para protocolo na BM&FBOVESPA o Termo de Anuência dos Controladores como condição para registrar acordo de acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.5 – Recomposição do Percentual Mínimo de Ações em Circulação após Alienação de Controle	Item 8.5: aprimoramento de redação visando a tornar mais preciso a partir de quando serão contados os 6 (seis) meses, isto é, após uma operação de Alienação de Controle e da subsequente realização de oferta pública de aquisição de ações	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9.1 – Oferta Pública de Aquisição de Ações (OPA) Por Atingimento de Participação Acionária Relevante (INCLUSÃO DE EXCEÇÃO PARA O CASO DE CONVERSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS EM AÇÕES CONTRATADOS ANTES DA ENTRADA EM VIGOR DO NOVO REGULAMENTO)	Definição de “Participação Acionária Relevante” Item 9.1: obrigação de realizar oferta pública de aquisição de ações no caso de atingimento de participação relevante (30%) Item 9.1.1: prazo para publicação do edital da oferta e preço a ser praticado na oferta Item 9.2: hipóteses de dispensa da OPA por atingimento Item 9.2.1: hipótese de dispensa da OPA por atingimento mediante assembleia de acionistas Item 9.3: dever de informar à BM&FBOVESPA o preço a ser praticado na oferta e anexar documentação que comprove o valor, além de divulgar ao mercado o referido preço e os planos estratégicos Item 9.4: prazo para recomposição do percentual mínimo de ações em circulação Item 3.2: possibilidade do Diretor Presidente da BM&FBOVESPA conceder prazo para recomposição de que trata o item 9.4 Item 15.6 (i): exceção, na hipótese de um dos membros do Grupo de Acionistas atingir, individualmente, Participação Acionária Relevante, para as companhias listadas no Novo Mercado. <u>Item 15.6 (ii): exceção, na hipótese de conversão de valores mobiliários conversíveis em ações ou exercício de bônus de subscrição de ações, subscritos ou adquiridos previamente à entrada em vigor do Regulamento,</u>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Excluído: Item 8.2.1: a BM&FBOVESPA poderá editar procedimentos complementares visando a disciplinar a obrigação constante do item 8.2

Formatado: Realce

Formatado: Fonte: 11 pt

Formatado: Fonte: 11 pt, Realce

Formatado: Realce

Formatado: Fonte: 11 pt, Realce

Excluído:

Formatado: Sublinhado

Item do Regulamento	Blocos para votação	Voto
---------------------	---------------------	------



Regulamento de Listagem do Novo Mercado
Audiência Restrita: proposta de divisão por blocos de assuntos

		a favor	contra
10.1 – Dever de Informar do Acionista Controlador e Pessoas Vinculadas	Item 10.1: dever de informar do Acionista Controlador e pessoas vinculadas Item 10.1.1: dever de informar qualquer modificação que houver na titularidade de valores mobiliários do Acionista Controlador e pessoas vinculadas Item 10.1.3: prazo para o envio da referida informação Item 10.2: aprimoramento de redação sobre a divulgação da referida informação	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12.1 – Saída do Novo Mercado	Item 12.3: definição dos responsáveis pela oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado no caso de não haver Acionista Controlador Item 12.5: definição dos responsáveis pela oferta pública de aquisição de ações para saída do Novo Mercado decorrente de reorganização societária no caso de não haver Acionista Controlador Item 13.5.2: obrigações decorrentes de descumprimento de regras do Novo Mercado no caso de não haver Acionista Controlador Item 13.5.2.1: complemento do item anterior	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12.4 – Saída do Novo Mercado em razão de reorganização societária	Item 12.4: inserção de prazo, compatível com o previsto na Lei das Sociedades Anônimas, para que os valores mobiliários de emissão da companhia resultante da reorganização sejam admitidos à negociação no Novo Mercado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13.1 – Sanções	Item 13.1: aprimoramento de redação para abranger companhias que não contem com acionista controlador Item 13.1.1: companhia e responsáveis estão sujeitos ao Regulamento de Sanções Item 13.4: aprimoramento de redação relativa às sanções não pecuniárias abrangendo companhias que não contem com acionista controlador Item 13.4.1: aprimoramento de redação relativa a descumprimento de obrigações abrangendo companhias que não contem com acionista controlador Item 13.4.4: consequências da suspensão abrangendo companhias que não contem com acionista controlador e ajuste da denominação do Regulamento de Sanções	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.1 – Arbitragem	Item 14.1: inclusão dos demais acionistas da Companhia e inserção do Regulamento de Sanções e de Comitê de Auditoria Item 14.2: informação sobre a existência e a vinculação da Companhia à Cláusula Compromissória de arbitragem deverá constar da página da Companhia na rede mundial de computadores	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15.2 – Modificações no Regulamento	Item 15.2.1: convocação da Audiência Restrita Item 15.2.3: manifestação na Audiência Restrita	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15.4 – Casos omissos – situações não previstas ou excepcionais	Item 15.4: inserção de situações excepcionais	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Excluído: P
Formatado: Realce
Excluído: V
Formatado: Realce
Excluído: P
Formatado: Realce
Excluído: V
Formatado: Realce

